

GUINÉ EQUATORIAL

REPÚBLICA DA GUINÉ EQUATORIAL

Chefe de Estado:	Teodoro Obiang Nguema Mbasogo
Chefe de Governo:	Ignacio Milán Tang
Pena de morte:	retencionista
População:	0,7 milhões
Esperança média de vida:	51,1 anos
Taxa de mortalidade – menores de 5 anos:	145,1 por 1000
Taxa de literacia nos adultos:	93,3 por cento

A tensão política aumentou ao longo do ano e as autoridades continuaram a sufocar a oposição através de perseguições e breves detenções de ativistas políticos. Registou-se um aumento do número de detenções no período que antecedeu a cimeira da UA em junho. Em novembro, 30 detidos, aparentemente mantidos como reféns, foram absolvidos por um tribunal militar e libertados. Estavam detidos desde outubro de 2010, em regime de incomunicabilidade, e sem que fossem acusados ou julgados. Cinco prisioneiros de consciência e 17 presos políticos foram libertados após perdão presidencial. A liberdade de expressão e de reunião continuou a ser limitada, e jornalistas foram detidos por curtos períodos de tempo ou suspensos das suas funções. Reformas constitucionais dando mais poder ao presidente foram aprovadas num referendo em novembro.

Antecedentes

Em janeiro, o presidente Teodoro Obiang Nguema Mbasogo assumiu a presidência rotativa da UA, e em junho o país acolheu a cimeira da UA na capital, Malabo. No mesmo mês, o presidente assinou a Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança.

Em setembro, a polícia francesa que investigava o alegado uso indevido das receitas petrolíferas da Guiné Equatorial pelo presidente Obiang e pela sua família apreendeu vários automóveis de luxo pertencentes ao seu filho mais velho, Teodoro Nguema Obiang, no exterior da sua residência em Paris. Também em setembro, um tribunal francês ilibou a ONG francesa Terre Solidaire de acusações de difamação apresentadas pelo presidente Obiang. As acusações estavam relacionadas com um relatório publicado em 2009 pela Terre Solidaire, que fazia referência aos "ganhos ilícitos" do presidente Obiang e da sua família.

Em outubro, o Departamento de Justiça dos EUA apresentou num tribunal federal um processo jurídico com vista à apreensão de propriedades e outros bens do filho do presidente nos EUA, alegando que os mesmos foram obtidos através do saque dos recursos naturais da Guiné Equatorial e transferidos para os EUA através de corrupção.

Desenvolvimentos legais, constitucionais ou institucionais

Na sequência dos protestos em massa no Norte de África e no Médio Oriente, o presidente Obiang anunciou em março que iria reformar a Constituição para alargar o quadro legal para o exercício das liberdades fundamentais e dar ao povo mais oportunidades de participar nos assuntos políticos do país. Em maio, o presidente criou uma comissão para delinear as reformas e nomeou os seus membros, incluindo representantes dos partidos políticos. Os dois únicos partidos independentes do país, a Convergência para a Democracia Social (CPDS) e a

União Popular, recusaram fazer parte da comissão, porque as suas exigências de aprovação de uma amnistia geral e do regresso em segurança dos exilados não foram cumpridas. Os partidos objetaram também contra a nomeação pelo presidente Obiang dos seus representantes na comissão. Em julho, a Câmara de Representantes do Povo aprovou as reformas propostas sem debate, e em outubro o presidente Obiang anunciou a data do referendo sobre as reformas. Contudo, o texto das reformas propostas não foi tornado público e os partidos políticos só o receberam duas semanas antes do referendo. A 13 de novembro as reformas foram aprovadas em referendo com 97,7 por cento dos votos. O referendo foi realizado num clima de intimidação e perseguição dos eleitores, com polícias armados e soldados presentes nas assembleias de voto. Em Bata, vários representantes de partidos políticos que observavam a votação foram expulsos das assembleias de voto, e alguns foram brevemente detidos e espancados. As reformas aumentaram ainda mais os poderes do presidente, incluindo após deixar o cargo. Embora tenham limitado a permanência no cargo a dois mandatos consecutivos de sete anos, as reformas eliminaram o limite de idade dos candidatos presidenciais, anteriormente fixado nos 75 anos, criaram o cargo de vice-presidente, que é nomeado pelo presidente e deve ser membro do Partido Democrático da Guiné Equatorial, no poder, e criaram um Senado e um Tribunal de Contas, cujos membros são nomeados pelo presidente, tal como o titular do recém-criado cargo de Provedor de Justiça. A Constituição revista não foi promulgada até ao final do ano.

Detenções arbitrárias

Opositores políticos e cerca de 100 estudantes foram detidos e mantidos na prisão por um curto período de tempo antes da cimeira da UA em junho. Ocorreram mais detenções com motivos políticos no período que antecedeu o referendo sobre as reformas constitucionais de novembro.

■ Dois membros da CPDS, Juan Manuel Nguema Esono, professor, e Vicente Nze, médico, foram detidos em Bata a 25 de abril. Eram suspeitos de estar a planear uma manifestação para o Dia do Trabalhador e de colar cartazes para o efeito nas paredes do hospital de Bata. Juan Manuel Nguema foi inicialmente levado para a esquadra central de Bata. No final do dia foi colocado num voo para Malabo, onde foi mantido em regime de incomunicabilidade na esquadra central até ser libertado quatro dias depois sem ser acusado de qualquer crime. Vicente Nze foi detido quando se deslocou à esquadra de Bata para saber do paradeiro de Juan Manuel Nguema, e foi mantido em regime de incomunicabilidade até ser libertado a 29 de abril. As autoridades recusaram dar informações sobre o paradeiro de ambos.

■ Marcial Abaga Barril, membro proeminente da CPDS e representante do partido na Comissão Eleitoral Nacional, foi detido na sua casa por dois polícias à paisana a 1 de novembro. Os agentes não tinham mandato de captura. Foi levado para a esquadra central de Malabo, onde foi mantido até ser libertado sem ser acusado de qualquer crime quatro dias depois. Enquanto esteve detido disseram-lhe que a polícia estava a investigar o homicídio de um dos cozinheiros do presidente Obiang. Porém, não tinha sido divulgada qualquer informação anterior sobre esse homicídio.

Detenção sem julgamento

Pelo menos 30 pessoas detidas em regime de incomunicabilidade e sem acusação, na prisão de Bata, foram libertadas depois de serem absolvidas por um tribunal militar em novembro. Foram detidas em outubro de 2010, na sequência da fuga de dois presos políticos da prisão de Evinayong, juntamente com seis guardas prisionais. Os detidos eram, na sua maioria, familiares e amigos dos presos em fuga e pessoas suspeitas de os ajudar a fugir. Entre estes encontravam-se mulheres e crianças. Em meados de novembro, todos os detidos foram, inesperadamente julgados por um tribunal militar, em Bata, acusados de ajudarem os

prisioneiros a fugir. Todos os civis, e a maior parte dos detidos militares, foram absolvidos e libertados, enquanto cerca de seis militares e agentes da polícia foram acusados e condenados a penas de prisão que não foram tornadas públicas. Apesar da absolvição da maior parte dos acusados, o tribunal não cumpriu os padrões internacionais para um julgamento justo.

Liberdade de expressão – jornalistas

A liberdade de expressão continuou a ser limitada, com a imprensa firmemente debaixo do controlo do Estado. As notícias consideradas prejudiciais pelas autoridades eram eliminadas. Em fevereiro, o governo ordenou um "blackout" noticioso aos eventos no Norte de África, Médio Oriente e Costa do Marfim. Jornalistas foram brevemente detidos e jornalistas estrangeiros foram expulsos do país. Em abril foram recusados vistos à ONG Repórteres sem Fronteiras para visitar a Guiné Equatorial por se ter referido ao presidente Obiang em termos pejorativos.

■ Em março, Juan Pedro Mendene, jornalista radiofónico que trabalhava para a emissora em língua francesa da rádio estatal, foi suspenso por tempo indeterminado por ter mencionado no ar a situação na Líbia. O Secretário de Estado para a Informação deslocou-se à estação de rádio e ordenou-lhe que abandonasse o local. Quando deixava o edifício, Juan Pedro Mendene foi espancado pelo guarda-costas do Secretário de Estado. Uma semana depois, o diretor da estação anunciou que as emissões em francês estavam temporariamente suspensas por ordem superior.

■ Em junho, agentes da polícia detiveram durante cinco horas três elementos da cadeia de televisão alemã ZDF, que estavam na Guiné Equatorial a filmar um documentário sobre a seleção nacional de futebol feminino. A equipa tinha igualmente filmado bairros degradados de Malabo e entrevistado o líder do partido CPDS, da oposição, e um advogado de direitos humanos. As autoridades apagaram as filmagens dos bairros degradados alegando que davam uma imagem negativa do país. Disseram ainda que os jornalistas não tinham autorização para entrevistar opositores políticos e confiscaram os cartões de memória que continham as entrevistas.

Liberdade de reunião

As autoridades continuaram a limitar a liberdade de reunião, embora a mesma seja garantida pela Constituição.

■ Em março, na sequência dos levantamentos populares no Médio Oriente e no Norte de África, o governo proibiu todas as manifestações, incluindo as celebrações oficiais do Dia da Mulher e as procissões religiosas, e colocou mais forças de segurança nas ruas para fazer cumprir a proibição.

■ Também em março, as autoridades recusaram um pedido do partido União Popular para realizar uma manifestação exigindo reformas políticas. O pedido da CPDS para realizar o desfile do Dia do Trabalhador a 1 de maio foi igualmente rejeitado.

■ As autoridades interromperam manifestações organizadas pela CPDS e pela União Popular contra as reformas constitucionais antes do referendo de 13 de novembro e dispersaram os participantes.

Prisioneiros de consciência – libertações

Cinco prisioneiros de consciência, Emiliano Esono Micha, Cruz Obiang Ebebere, Gumersindo Ramírez Faustino, Juan Ekomo Ndong e Gerardo Angüe, que cumpriam penas de prisão de

seis anos desde 2008 por associação ilícita e alegada posse de armas e munições, foram libertados em junho na sequência de um perdão por ocasião do aniversário do presidente Obiang. Dezassete presos políticos, que podiam ser considerados prisioneiros de consciência e que cumpriam longas sentenças por alegadas tentativas de derrubar o governo, foram igualmente perdoados e libertados. Todos foram obrigados a assinar um documento agradecendo ao presidente Obiang pela sua benevolência e prometendo não cometer crimes semelhantes àqueles pelos quais foram perdoados.

Visitas/Relatórios da Amnistia Internacional

📄 Equatorial Guinea: Relatives of two escaped prisoners detained without charge or trial for a year (AFR 24/003/2011)

📄 Equatorial Guinea: Surge in arbitrary arrests ahead of AU summit (PRE01/309/2011)